



18/05/13



Ata da primeira sessão da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) do Sistema Conselhos de Psicologia, iniciou às onze horas e trinta e um minutos, do dia dezoito de maio de dois mil e treze, convocada na forma que dispõe o Regimento Interno da APAF, na sede do Conselho Federal de Psicologia, em Brasília - Distrito Federal. Humberto Cota Verona, presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), acompanhado da diretoria do CFP, a vice-presidente Clara Goldman, o tesoureiro Aluizio Lopes e a Secretária Deise Nascimento, fez a abertura oficial dando boas vindas a todos e informando que o dia começou com uma manifestação pública junto com os serviços de saúde mental do DF e o movimento da luta antimanicomial em Brasília, no Parque da Cidade. Com este ato, o Sistema Conselhos de Psicologia reafirma o compromisso que a Psicologia tem com a Reforma Psiquiátrica Antimanicomial do Brasil, em especial contra o projeto de lei nº 7663/10. Lembrou que o dia 18 de maio é também o dia de combate a exploração sexual contra crianças e adolescentes, luta que a Psicologia também está engajada, inclusive, na defesa e proteção da criança e do adolescente portador de transtorno mental. Em seguida, saudou todos os Conselhos Regionais em nome do Plenário e da Diretoria do CFP. Ressaltou que a próxima APAF será composta pelos novos plenários dos Conselhos Regionais, uma vez que as eleições serão no dia 27 de agosto. Explicou que, ainda na próxima APAF, haverá a posse da nova gestão do Conselho Federal, que assumirá a partir de 20 de dezembro de 2013, e, haverá a presença de mais três novos Conselhos Regionais que terão seus Plenários empossados. Dessa forma, essa é uma APAF que concluirá o trabalho do coletivo que atualmente compõe o Conselho Federal e os 20 Conselhos Regionais de Psicologia. Terminados os informes, o presidente do CFP Humberto Verona passou a composição da mesa diretora que foi aprovada da seguinte forma: no dia 18 de maio de 2013, a mesa foi composta pelo CFP, CRP 04 e CRP 08 e no dia 19 de maio de 2013, pelo CFP, CRP 06 e CRP 05. Humberto Verona agradeceu a diretoria do CFP e convidou a delegada Anna Christina Pinheiro (CRP 04) e a delegada Márcia Regina Walter (CRP 08) para junto com ele ocuparem os lugares na mesa e dar início aos trabalhos do dia. Humberto, como presidente da mesa, lembrou os critérios de funcionamento da APAF. Esclareceu que a cada ponto de pauta serão conferidas as delegações, portanto, os delegados podem mudar apenas quando alterar o ponto de pauta. Inicialmente, serão cinco inscrições por tema, cada pessoa terá três minutos controlados pela mesa para falar. Explicou que ao final do bloco de cinco inscrições, havendo necessidade de outro bloco, a mesa vai consultar o Plenário e, em caso de aprovação, novo bloco será aberto. Informou também que a assembleia estava sendo transmitida on-line. Posteriormente, o presidente da mesa, Humberto Verona, perguntou se havia pedido de inclusão de novos pontos de pauta, além dos seguintes pontos encaminhados pela reunião de presidentes: "Apreciar uma proposta de recurso da conta divulgação para apoiar publicações dos Conselhos Regionais" e "Avaliação de Egresso"

*[Handwritten signatures and initials on the right margin, including 'M. Nascimento' and others.]*

*[Handwritten signatures at the bottom of the page.]*



dentro do ponto financeiro; “Estudo de Conciliação e Ética” e o ponto “Convidados para o VIII CNP”. O CRP 14 solicitou informe sobre o Encontro Nacional Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos, o CRP 05 solicitou o ponto “Leitura Óptica” e o CRP 06 pediu o ponto “Estratégias do Sistema Conselhos para enfrentar a discussão da redução da maioria penal”. Após definição da pauta, o presidente da mesa, Humberto Verona, passou ao primeiro ponto de pauta. **1. APRECIÇÃO DA ATA DA APAF DE DEZEMBRO DE 2012.** Para a discussão do ponto participaram as seguintes delegações: CFP: Humberto Verona, Clara Goldman Ribemboim e Aluizio Brito; CRP 01: Carla Maria Manzi Pereira Baracat e Aryadne Márcia Argolo Muniz; CRP 02: Maria Conceição Costa e Alessandra de Lima e Silva; CRP 03: Carlos Vinicius Melo e Emmila Di Paula Carvalho dos Santos; CRP 04: Marta Elizabete de Souza, Ricardo Figueiredo Moretzsohn e Anna Christina Pinheiro; CRP 05: Vivian de Almeida Fraga, Saulo Oliveira dos Santos e Agnes Cristina da Silva Pala; CRP 06: Carla Biancha Angelucci, Maria de Fátima Nassif e Joari Aparecido Soares de Carvalho; CRP 07: Loiva dos Santos Leite, Vania Roseli Correa de Mello e Vera Lucia Pasini; CRP 08: João Baptista Fortes de Oliveira, Sergio Luis Braghini e Márcia Regina Walter; CRP 09: Wadson Arantes Gama e Ériko Netto de Lima; CRP 10: Cilene Maria Alencar Sobreira; CRP 11: Adriana de Alencar Gomes Pinheiro e Francisco Theófilo de Oliveira Gravinis; CRP 12: Marilene Wittitz e Gilceo Garcia Gonçalves; CRP 13: Ana Sandra Fernandes e Andrea Tavares Carvalho; CRP 14: Carlos Afonso Marcondes Medeiros; CRP 15: Izolda de Araújo Dias e Silvia Teixeira de Lima; CRP 16: Sharla Provietti Bitencourt; CRP 17: Nilza Maria Molina Mendes; CRP 18: Maria Aparecida de Amorim Fernandes; CRP 19: Adriano Ferreira Barros e CRP 20: Maria do Socorro Rodrigues de Souza e Selma de Jesus Cobra. O presidente da mesa, Humberto Verona, deu prosseguimento à reunião com a conferência por linhas e aprovação das atas. Na ata da primeira sessão da APAF de dezembro de 2012, houve os seguintes destaques: na linha 793, alteração de “há uma deturpação, pois os psicólogos colocam que a prática” para “há uma deturpação, pois, para alguns psicólogos, a prática”, a pedido do CRP 05; correção na linha 1297 do CRP da delegada Silvia de Lima de “CRP 14” para “CRP 15”, a pedido do CRP 15. Após as correções, a ata da primeira sessão da APAF de maio de 2012, foi aprovada por unanimidade. O delegado Humberto passou então, para a apreciação da ata da segunda sessão da APAF de dezembro de 2012, na qual o CRP 11 solicitou que seja colocado o nome completo da Palônia Andrade e da Nelma Silva. As correções foram acatadas e a ata da segunda sessão da APAF de maio de 2012 foi aprovada por unanimidade. O delegado Humberto Verona, explicou aos internautas que os Conselhos Regionais receberam as atas com antecedência para realizarem uma leitura prévia, por isso houve somente a conferência das linhas. Além disso, as atas são públicas e estão à disposição para quem desejar conhecer as discussões e deliberações da APAF. **2. PONTOS FINANCEIROS.** A mesa diretora conferiu as delegações. Ficaram como delegados para este ponto:

*Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below.*

*Handwritten signatures at the bottom center of the page.*

CFP: Humberto Verona, Monalisa Barros e Aluizio Brito; CRP 01: Carla Maria Manzi Pereira Baracat e Aryadne Márcia Argolo Muniz; CRP 02: Maria Conceição Costa e Alessandra de Lima e Silva; CRP 03: Carlos Vinicius Melo e Emmila Di Paula Carvalho dos Santos; CRP 04: Marta Elizabete de Souza, Ricardo Figueiredo Moretzsohn e Anna Christina Pinheiro; CRP 05: Vivian de Almeida Fraga, Saulo Oliveira dos Santos e Agnes Cristina da Silva Pala; CRP 06: Carla Biancha Angelucci, Maria de Fátima Nassif e Joari Aparecido Soares de Carvalho; CRP 07: Loiva dos Santos Leite, Vania Roseli Correa de Mello e Tatiana Cardoso Baierle; CRP 08: João Baptista Fortes de Oliveira, Sergio Luis Braghini e Márcia Regina Walter; CRP 09: Wadson Arantes Gama e Ériko Netto de Lima; CRP 10: Cilene Maria Alencar Sobreira; CRP 11: Adriana de Alencar Gomes Pinheiro e Katiana Moura Rocha; CRP 12: Marilene Wittitz e Gilceo Garcia Gonçalves; CRP 13: Ana Sandra Fernandes e Andrea Tavares Carvalho; CRP 14: Renan da Cunha Soares Junior; CRP 15: Izolda de Araújo Dias e Sílvia Teixeira de Lima; CRP 16: Sharla Provietti Bitencourt; CRP 17: Fernando Joaquim da Silva; CRP 18: Marisa Helena Alves; CRP 19: Adriano Ferreira Barros e CRP 20: Maria do Socorro Rodrigues de Souza e Selma de Jesus Cobra. **2.1. APROVAR RECOMPOSIÇÃO DO GT DE TESOUREIROS.**

O delegado Aluizio Brito, tesoureiro do CFP fez a apresentação do ponto, informando que na última APAF foi criado um GT para atualizar o manual administrativo contábil do Sistema Conselhos de Psicologia. No entanto, foi acrescentado a esta tarefa a inclusão das normas do TCU na legislação administrativa e contábil do Sistema Conselhos de Psicologia porque a partir deste ano todos os Conselhos Regionais terão que apresentar suas contas ao Conselho Federal para serem consolidadas e encaminhadas ao TCU. Diante disso, sugeriu-se a recomposição do GT para apresentar a atividade na APAF de dezembro de 2013. O GT contará com a participação do CFP, CRP 04, CRP 05, CRP 06, CRP 08 e CRP 09. **2.2. APROVAR CORREÇÃO DOS VALORES DE ANUIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 2014.** O delegado do CFP Aluizio Brito esclareceu que a Lei 12514/2011 trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral e prevê que os valores das anuidades serão reajustados de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou pelo índice oficial que venha a substituí-lo. O índice do INPC de maio de 2012 a abril de 2013 apresentou um acúmulo de 7,1634%, portanto, o valor máximo da anuidade que pode ser atualizado é de R\$440,00 para R\$471,52. O fundo de sessões também sofre o mesmo reajuste, passando de R\$4,53 para R\$4,85. Por fim, o delegado Aluizio Brito recomendou que os CRPs realizem as Assembleias que vão definir as anuidades de cada região até o dia 15 de agosto devido a proximidade das eleições. Em seguida, foi solicitado esclarecimento sobre o prazo combinado na reunião de tesoureiros que foi até setembro e sobre a necessidade de fazer a Assembleia uma vez que o índice já está definido. O delegado Aluizio respondeu que não há impedimento jurídico para realizar a Assembleia em

*Aluizio Brito*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

setembro, no entanto, aconselha-se que se faça a reunião em agosto porque a gestão está encerrando suas atividades e o novo Plenário pode assumir até o dia 27 de setembro. O presidente da mesa, Humberto Verona, explicou que é obrigatória a realização da Assembleia porque os valores variam de acordo com cada Conselho Regional, não podendo ultrapassar o limite máximo estabelecido. **2.3. REEDIÇÃO DA RESOLUÇÃO N° 42/12.** O delegado Aluizio Brito informou que na reunião de tesoureiros houve a proposta de prorrogar o prazo da Resolução n° 42/12 que favorece os psicólogos que querem negociar os seus débitos retirando as multas e juros de dívidas pendentes até 2012. O delegado explicou que, atualmente, essa resolução tem o prazo de vigor até o dia 26 de agosto de 2013 e a proposta de prorrogação é do dia 28 de setembro de 2013 até o dia 30 de dezembro de 2013. Perguntaram se os psicólogos ficarão um mês sem cobertura da resolução. O delegado Aluizio Brito esclareceu que não há como prorrogar a resolução de forma direta porque haverá a transição dos Plenários. Além disso, a Resolução n° 42/12 foi criada para motivar os psicólogos a negociarem seus débitos antes do dia 27 de agosto para estarem aptos a votar. Para cumprir isto, os tesoureiros já combinaram de realizar uma campanha intensa em todos os Conselhos Regionais alertando os psicólogos sobre as vantagens de regularizar a situação financeira até o dia 26 de agosto. Terminada a apresentação dos pontos financeiros, foram abertas as inscrições. O delegado do CRP 08 Sérgio Luis Braghini perguntou se os Conselhos têm a possibilidade de acompanhar o índice dos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro, desde que não ultrapasse o teto estabelecido. Foi esclarecido que os Regionais devem enviar a data da realização da Assembleia para o CFP calcular o índice, já que este pode ser atualizado até o dia 15 de setembro. A delegada do CRP 10 Cilene Maria Alencar Sobreira questionou se o Conselho Regional tem autonomia para manter o valor da anuidade atual, ou seja, não aumentar o índice. O presidente da mesa, Humberto Verona, esclareceu que a lei estabelece um teto máximo e o reajuste para o teto máximo, portanto, pode ser fixada a anuidade que a Assembleia deliberar, desde que seja conveniente para manter a saúde financeira do Conselho. A delegada Vivian Fraga falou que o CRP 05 é contrário a prorrogação porque considera que a ampliação pode ser vista de forma eleitoreira, já que trata-se de período eleitoral. Além do mais, é preciso ter respeito àquelas pessoas que fazem esforço para manter suas mensalidades em dia. Sugeriu uma forma de negociação que possa ampliar os descontos quando pagos no primeiro mês e retomar a discussão do GT que estava fazendo um estudo financeiro para conceder a proporcionalidade para os psicólogos recém-formados. O delegado do CRP 06 Joari Aparecido Soares de Carvalho defendeu a manutenção da negociação com continuidade imediata, a partir da data que a resolução expira porque pondera que a negociação é um instrumento de retomada do contato com a categoria e uma prerrogativa para algumas pessoas que já são penalizadas por estarem em dívida com o Sistema Conselhos de Psicologia. O delegado do CRP 17

*Assinaturas manuscritas:*  
Assinatura 1  
Assinatura 2  
Assinatura 3  
Assinatura 4  
Assinatura 5  
Assinatura 6

*Assinatura manuscrita*



Fernando Joaquim da Silva alertou que o prazo máximo para as Assembleias, acordado na reunião de tesoureiros, foi 15 de agosto e não de setembro, justamente para não interferir no período eleitoral. O delegado do CFP Aluizio Brito lembrou que não é indicado que essa tarefa fique para a próxima gestão, já que após as eleições há um período para homologação do resultado, um período regimental e a posse. O delegado Humberto Verona informou que já haviam feitas cinco participações de delegados, indagou se a plenária aprova abrir um novo bloco e todos concordaram. Então o delegado do CRP 08 Sergio Luis Braghini defendeu a liberdade dos CRPs avaliarem, de acordo com os seus caixas, se querem ou não negociar. E, a delegada do CRP 07 Loiva dos Santos Leite manifestou-se a favor das negociações e da prorrogação da Resolução, alegando, inclusive, que essas campanhas contribuem para baixar a inadimplência. A delegada Carla Manzi compartilhou que o CRP 01 se inscreveu no Cadin do Banco Central, mandou correspondência para todos os devedores, em quinze dias receberam R\$178 mil reais em pagamentos e a taxa de inadimplência baixou para 9%, pois o Cadin é um sistema que negativa o nome da pessoa que não pagou dívidas públicas e as pessoas negativadas pelo Cadin não podem fazer empréstimos e ficam com várias restrições. Após a fala de todos os inscritos, o delegado do CFP Humberto Verona colocou em votação a nova composição do GT de tesoureiros. Foi aprovado por unanimidade a seguinte composição do GT: CFP, CRP 01, CRP 05, CRP 06, CRP 08 e CRP 09. Então, o delegado Humberto Verona colocou em votação a data limite para a realização das Assembleias, sendo a primeira opção 15 de agosto e a segunda opção 15 de setembro. Ao perguntar se todos estavam esclarecidos, o delegado do CRP 08 Sergio Luis Braghini propôs que o Sistema Conselhos acate o que dispõe a Lei 5766/1971 que é o prazo de 30 a 45 dias antes do término do mandato. O presidente da mesa, Humberto Verona, solicitou confirmação do texto da lei. Enquanto o texto da lei 5766/1971 era confirmado, colocou em votação a prorrogação ou não da resolução. Foi aprovada a proposta de prorrogação do prazo para desconto dos juros e multas nas anuidades em atraso, com duas abstenções. Em seguida, o presidente da mesa, Humberto Verona, apresentou duas propostas para votação: a primeira é que a resolução seja reeditada a partir do dia 28 de setembro, e a segunda é que a prorrogação aconteça a partir do dia 27 de agosto até o limite de 30 de dezembro de 2013. Em regime de votação, foram dados 16 votos para a proposta um e 15 votos para a proposta dois, portanto, venceu a proposta de prorrogar a Resolução a partir do dia 27 de agosto até o dia 30 de dezembro de 2013. Seguindo a reunião a delegada Monalisa Barros leu o artigo 23 da lei 5766 confirmando que a Assembleia deve ser realizada entre 30 e 45 dias de antecedência ao término do mandato, logo, a Assembleia deve ser realizada entre o dia 8 e 27 de agosto. Então, todos acordaram que a lei deverá ser seguida, mantendo a liberdade de realizar a Assembleia entre o dia 8 e 27 de agosto. O presidente da mesa encerrou a discussão dos pontos "recomposição do GT de Tesoureiros", "correção dos valores de anuidades para o exercício de

*Handwritten signatures and initials on the right margin.*



2014” e “reedição da resolução nº 42/12”. **2.4. PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CONTA DIVULGAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2012.** A delegada Monalisa Barros, tesoureira do CFP no período em questão, apresentou o ponto destacando que foi um esforço concluir a prestação de contas do Conselho Federal para ser apreciada pela APAF porque houve uma mudança no sistema de contabilidade brasileiro que implicou em mudanças no nosso sistema de informática. Então, todos os Conselhos Regionais passaram pela modificação e, até o momento, muitos não enviaram suas prestações. A delegada lembrou também que o orçamento do Federal é composto de vinte por cento da cota parte que vem das anuidades dos psicólogos e vai para a conta do Federal, e, cinco por cento da cota parte que entra para a conta divulgação que, por sua vez, não é de acesso livre ao Federal, é de acesso coletivo e o uso desse valor só é possível após acordos e votações pela APAF. Informou que a primeira conta a ser discriminada será a conta divulgação. Então, a delegada Monalisa Barros apresentou a planilha da prestação de contas da conta divulgação que é dividida em dois blocos: o bloco um, chamado de conta divulgação um, é destinado à Revista Ciência e Profissão e às despesas permanentes com os projetos da APAF; o bloco dois, chamado conta divulgação dois, trata-se de um superávit construído desde quando a Revista Ciência e Profissão deixou de ser impressa, e o valor passou a ser usado para as políticas dessa autarquia, conforme acordo firmado em APAF. Ademais, a delegada ressaltou que é a APAF que delibera sobre o uso dessa conta. **2.5. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CFP REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2012.** A delegada Monalisa Barros, continuou sua fala com a prestação de contas do CFP referente ao exercício de 2012. Ela explicou que os valores da conta divulgação também entram na prestação de contas do CFP, porém, como aparece somente o valor total, ela relatou em primeiro lugar a prestação de contas da conta divulgação para que todos conhecessem os valores discriminados. A delegada Monalisa Barros esclareceu também que na reunião de tesoureiros foi feita uma exposição, demonstrando item a item, as receitas e as despesas com pessoal, despesas com o material, despesas com passagem e hospedagens, entre outros. Em seguida, leu o memorando de recomendação e esclareceu que a diferença entre o arrecadado e o gasto se deu pelo uso do superávit que havia na conta divulgação e que foi acordado utilizá-lo no ano de 2012. Por fim, se colocou à disposição para qualquer questionamento. Antes de abrir a discussão do ponto, alguns delegados questionaram se o assunto não poderia ser discutido em outra oportunidade, pois se sentiram prejudicados por não poderem fazer uma análise do material com critério com os Plenários das suas regiões, uma vez que os documentos não foram enviados com antecedência nessa e em outras APAFs também. Outros delegados lembraram que todos os dados foram expostos na reunião de tesoureiros e realizar uma APAF extraordinária demandaria gastos demasiados. Além disso, as pessoas que entenderem que não devem votar na prestação de contas, podem se abster. O delegado Aluizio Brito informou que os documentos do ponto financeiro foram enviados com

*Aluizio Brito*  
*CFP*  
*Alu*  
*MB*

*Aluizio Brito*

*MB*

antecedência, conforme prova o Ofício Circular nº 118/2012, então a dificuldade é nessa APAF especificamente por conta dos esclarecimentos prestados pela delegada Monalisa Barros. Logo em seguida, o delegado Sergio Luis Braghini solicitou esclarecimentos sobre os relatórios de auditoria. A delegada Monalisa Barros explicou que houve uma deliberação do Conselho Federal de Contabilidade que indeferiu licitação para auditoria por pregão. Isso invalidou a licitação do CFP. Então foi necessário realizar licitação por técnica e preço que é mais demorada. Ao se concluir o processo de licitação foi elaborado o calendário para construção das auditorias, dos pareceres e, assim que estiver disponível, o relatório será encaminhado a todos os regionais. Dados os esclarecimentos, o delegado Humberto Verona colocou em votação a proposta de adiar a apreciação da prestação de contas para uma APAF extraordinária ou discutir nessa APAF. A proposta de apreciar a prestação de contas nesta APAF venceu. Diante disso, foram abertas as inscrições. A delegada Loiva dos Santos Leite pediu para ser esclarecida sobre os motivos pelos quais houve um valor bem expressivo de pagamentos de horas extras para os servidores do CFP. A delegada Monalisa Barros elucidou que no ano de 2012 houve um período que o CFP trabalhou durante seis meses com 40% do quadro de funcionários desdobrando, inclusive, na necessidade de contratar quarenta e quatro funcionários após o concurso que foi realizado em outubro. Entretanto, até as contratações serem efetivadas, houve uma sobrecarga imensa ao corpo de funcionários que, por sua vez, gerou esse montante de horas extras. Atualmente, são oitenta e dois funcionários na casa sendo que, dos 44 contratados em outubro, mais de 10 funcionários já passaram em novos concursos e pediram demissão. Outros funcionários também estão aguardando convocação em outros espaços, então, o banco de reserva do concurso provavelmente vai ser expirado muito antes do prazo de validade do concurso. O delegado Ériko Netto de Lima disse que lhe chamou a atenção o valor de R\$1.147.000,00 pagos como ajuda de custo a colaboradores sendo que as passagens para os conselheiros custaram R\$637.000,00. Diante disso, solicitou ser esclarecido sobre a quantidade desses colaboradores bem como ter acesso a listagem dos nomes das pessoas que utilizaram esse quantitativo. A delegada Monalisa Barros respondeu que o Conselho Federal não tem colaboradores fixos, então todas as vezes que esta autarquia é solicitada a participar de alguma mesa em eventos nacionais, são enviados convidados, pois, politicamente, o CFP não utiliza os conselheiros para projeções de trabalhos pessoais. Então, o número de colaboradores é muito superior aos 22 conselheiros que compõem a Plenária do Federal. A participação e a demanda nos eventos nacionais também são maiores que a quantidade de plenárias que são realizadas ao ano. Em média, são realizadas 10 plenárias ao ano enquanto os eventos chegam a 2 ou 3 dezenas porque não se tratam apenas de congressos, são audiências públicas em diversos Estados, alguns eventos regionais, entre outros. Em função disso, essa lista deve conter duzentos ou mais nomes e será encaminhada aos CRPs com discriminação dos eventos, o

*Monalisa Barros*  
*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

nome de quem participou, o mês, o assunto e a entidade que fez o convite. O delegado Aluizio Brito complementou que todos os conselheiros não têm obrigação de entender de todos os temas que a APAF tem pautado para o Sistema Conselhos e sugeriu que a APAF colocasse em pauta a divisão dos custos referentes às ações políticas entre o Conselho Federal e os Regionais, pois como essas ações são financiadas pelo Federal, dá a impressão que o CFP está fazendo uma política alheia ao que o coletivo faz. Em seguida, o delegado Sérgio Luis Braghini falou que não tem clareza do que se trata o item transferências a instituições privadas no valor de R\$2.898.556,75. Enquanto o material era preparado para esclarecer a dúvida, foi aberto um novo bloco de inscrições no qual alguns delegados destacaram que todos os itens foram discutidos na reunião de tesoureiros que foi criada para que a APAF não tenha que se debruçar com profundidade nessas questões. Em contrapartida, outros delegados argumentaram que na reunião de tesoureiros não é possível conferir todos os pontos, por isso, o coletivo tem que trazer as dúvidas para a APAF que é o espaço deliberativo. Em seguida, a delegada Monalisa Barros esclareceu o delegado Sérgio Luis Braghini que as instituições privadas lançadas na prestação de contas do Federal, tratam-se da transferência dos fundos de sessão e o ressarcimento dos técnicos do Crepop de todos os Regionais, são transferências em conta corrente para as regionais. Então, na variação patrimonial entra no item entidades privadas sem fins lucrativos. Seguindo a Plenária, o presidente da mesa Humberto Verona, colocou em votação a prestação de contas do Conselho Federal de Psicologia que foi aprovada por maioria, três votos contrários e quatro votos de abstenção.

**2.6. PUBLICAÇÃO DO LIVRO "ARTICULAÇÕES ENTRE GÊNERO E PSICOLOGIA".** O presidente da mesa, Humberto Verona, apresentou o ponto explicando que, na reunião de presidentes, o CRP 03 apresentou um trabalho que o Regional fez em relação a Gênero e Psicologia propondo que o material tivesse o apoio da conta divulgação para ser publicado. Após discussão do assunto, na reunião de presidentes houve consenso de propor à APAF que haja dentro da conta divulgação uma destinação de recurso, no orçamento de 2014, para demandas de publicações de trabalhos produzidos pelos Conselhos Regionais. O presidente da mesa, Humberto Verona, elucidou que vários Conselhos Regionais já custeiam algumas publicações, mas há outros Conselhos que nunca tiveram esta oportunidade ou que gostariam de fazer publicações sobre o resultado de seus trabalhos. Em seguida, abriu as inscrições para o primeiro bloco. A delegada Monalisa Barros alertou que criar uma linha de financiamento para a publicação exige necessariamente abrir mão de projetos da autarquia que atualmente são financiados pela conta divulgação, pois a conta divulgação arrecada em torno de R\$3.600.000,00 e gasta R\$3.300.000,00 com os projetos que já existem. A delegada explicou ainda que há um superávit de um R\$1.400.000,00 que será utilizado no CNP e no processo eleitoral uma vez que o sistema online precisa ser pago. Portanto, no final do ano a conta estará zerada e terá que sobreviver com o que será

*Monalisa*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]* *[Handwritten signature]* *[Handwritten signature]*

arrecadado no ano de 2014. Concluiu sua fala, sugerindo que seja criado um GT para construir um projeto que informe qual é o limite percentual do tipo de publicação, qual é a natureza da publicação, qual é a comissão editorial, quantas vezes a Comissão Editorial vai se reunir no ano, quando serão recebidas as solicitações e qual é o montante que vai ser destinado a essa tarefa. A delegada Vivian de Almeida Fraga e a delegada Maria de Fátima Nassif concordaram que é preciso fazer um planejamento e ter critérios, pois as mídias digitais também podem ser aproveitadas, porém, por outro lado, há as especificidades regionais, cidades ainda sem acesso à internet e pessoas que preferem folhear um livro. Diante disso, o presidente da mesa, Humberto Verona, pôs em votação a constituição de um GT para elaborar critérios que possam ser apreciados na APAF de dezembro, dentro da disponibilidade financeira da conta divulgação. A proposta foi aprovada com uma abstenção e o GT, composto pelo CFP e os CRPs 03, 06, 07, 09, 14 e 20, foi aprovado por unanimidade. O ponto foi encerrado e foi dado o intervalo para o almoço às treze horas e cinquenta e quatro minutos. A Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) retornou às quinze horas e quarenta e oito minutos. O presidente da mesa, Humberto Verona, retomou os trabalhos da APAF avisando a todos que nesse momento é necessário organizar a pauta para definir quais pontos serão tratados nesse dia e quais pontos serão tratados no dia seguinte. Abriu inscrição para propostas. A delegada Maria de Fátima Nassif sugeriu "Convidados para o CNP" seguido de "Processo eleitoral", "Grupos de Trabalho", "Crepop" juntando os dois pontos que estão separados na pauta e por último "Pesquisa do Feminino" para esta data. E para o dia seguinte, "Avaliação de egressos", "Conciliação e Ética", "Avaliação de leitura óptica", "Maior idade penal", "Residência multiprofissional" e "Terceirização". A delegada Vera Lúcia Pasini pediu que o ponto "Residência Multiprofissional" seja discutido com mais antecedência. O presidente da mesa, Humberto Verona, trocou então o ponto "Avaliação de Egressos" por "Residência Multiprofissional". Em seguida, o delegado Humberto Verona conferiu a delegação para discussão do próximo ponto. **3. CONVIDADOS PARA O CNP.** Os delegados que participaram da discussão deste ponto foram: CFP: Clara Goldman, Aluizio Lopes e Humberto Verona; CRP 01: Carla Maria Manzi Pereira Baracat e Eliane Figueiredo de S. Jardim Correa; CRP 02: Maria Conceição Costa e Alessandra de Lima e Silva; CRP03: Carlos Vinicius Melo e Emmila Di Paula Carvalho dos Santos; CRP 04: Marta Elizabete de Souza, Ricardo Figueiredo Moretzsohn e Anna Christina Pinheiro; CRP 05: Vivian de Almeida Fraga, Saulo Oliveira dos Santos e Agnes Cristina da Silva Pala; CRP 06: Carla Biancha Angelucci, Maria de Fátima Nassif e Joari Aparecido Soares de Carvalho; CRP 07: Loiva dos Santos Leite, Tatiana Cardoso Baierle e Vera Lucia Pasini; CRP 08: João Baptista Fortes de Oliveira, Sergio Luis Braghini e Márcia Regina Walter; CRP 09: Elias Rodrigues de Souza e Ériko Netto de Lima; CRP 10: Dorotéa Albuquerque de Cristo; CRP 11: Adriana de Alencar Gomes Pinheiro e Katiana Moura Rocha; CRP 12:

*Aluizio*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

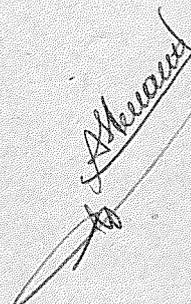
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Marilene Wittitz e Gilceo Garcia Gonçalves; CRP 13: Ana Sandra Fernandes e Andrea Tavares Carvalho; CRP 14: Carlos Afonso Marcondes Medeiros; CRP 15: Izolda de Araújo Dias e Silvia Teixeira de Lima; CRP 16: Sharla Proviatti Bitencourt; CRP 17: Nilza Maria Molina Mendes; CRP 18: Marisa Helena Alves; CRP 19: Edelvaise Mendonça Ferreira e CRP 20: Selma de Jesus Cobra e Sonia Maria Lemos. O delegado Humberto Verona apresentou o ponto explicando que algumas entidades do Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – FENPB, ao saber da regra aprovada na APAF de que três entidades do FENPB estão convidadas a acompanhar o CNP, solicitaram mais vagas para serem custeadas com os seus próprios recursos. Abriu então para o posicionamento da plenária. Todos os delegados que se manifestaram entenderam que a participação do FENPB já está definida, conforme regulamento do CNP que prevê que poderão participar da etapa nacional convidados com direito a voz sem direito a voto, segundo critérios aprovados pela APAF de 2012, que foram: três vagas para o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, quatro para entidades de gestão pública incluindo os três poderes, quatro para movimentos sociais, três para instituições internacionais e número aberto de vagas a outros conselhos profissionais interessados. Outros delegados perguntaram se a COMORG ou a APAF podem mudar o que já foi aprovado na APAF de 2012. O presidente da mesa, Humberto Verona, esclareceu que somente a APAF pode mudar o regimento. Diante disso, colocou em votação a proposta de manter o regulamento da forma como foi aprovado em dezembro de 2012. A proposta foi aprovada com uma abstenção. **4. ELEIÇÕES.** Discutiram esse ponto os seguintes delegados: CFP: Deise Nascimento, Aluizio Lopes e Humberto Verona; CRP 01: Carla Maria Manzi Pereira Baracat e Eliane Figueiredo de S. Jardim Correa; CRP 02: Maria Conceição Costa e Alessandra de Lima e Silva; CRP03: Carlos Vinicius Melo e Emmila Di Paula Carvalho dos Santos; CRP 04: Ricardo Figueiredo Moretzsohn, Celso Renato Silva e Anna Christina Pinheiro; CRP 05: Vivian de Almeida Fraga, Saulo Oliveira dos Santos e Agnes Cristina da Silva Pala; CRP 06: Carla Biancha Angelucci, Maria de Fátima Nassif e Joari Aparecido Soares de Carvalho; CRP 07: Loiva dos Santos Leite, Tatiana Cardoso Baierle e Vera Lucia Pasini; CRP 08: João Baptista Fortes de Oliveira, Sergio Luis Braghini e Márcia Regina Walter; CRP 09: Elias Rodrigues de Souza e Ériko Netto de Lima; CRP 10: Dorotéia Albuquerque de Cristo; CRP 11: Adriana de Alencar Gomes Pinheiro e Katiana Moura Rocha; CRP 12: Marilene Wittitz e Gilceo Garcia Gonçalves; CRP 13: Ana Sandra Fernandes e Vanderlei Américo Amado; CRP 14: Carlos Afonso Marcondes Medeiros; CRP 15: Izolda de Araújo Dias e Silvia Teixeira de Lima; CRP 16: Sharla Proviatti Bitencourt; CRP 17: Nilza Maria Molina Mendes; CRP 18: Maria Aparecida de Amorim Fernandes; CRP 19: Edelvaise Mendonça Ferreira e CRP 20: Selma de Jesus Cobra e Sonia Maria Lemos. A delegada Deise Nascimento iniciou sua fala apresentando as empresas convidadas Maciel Auditoria, que é a empresa que está fazendo a auditoria de todo o processo eleitoral como



previsto no regimento e no manual; a OAK, que é a empresa responsável pelo software e por todo o processo online; e a Implanta, que é a empresa que construiu e mantém o Cadastro Nacional. A delegada Deise Nascimento contextualizou que o regimento eleitoral foi aprovado há um ano e prevê a Comissão Eleitoral Regular, incumbida de organizar e acompanhar o processo nos Conselhos Regionais; informou que houve substituição da conselheira Heloísa Massanaro pela conselheira Roseli Goffman na composição da Comissão Eleitoral Regular; e que o regimento eleitoral prevê também a Comissão Eleitoral Especial que é incumbida de organizar e acompanhar a Consulta Nacional ao Conselho Federal de Psicologia. Destacou que no âmbito dos Conselhos regionais foram constituídas em Assembleia as Comissões Regionais Eleitorais. A delegada Deise Nascimento explicou também que o pleito eleitoral desse ano está na modalidade de votação mista, ou seja, votação pela internet e por correspondência e nos lugares que a votação é pela internet não haverá votação por correspondência e vice versa. No entanto, nos lugares que a votação é pela internet, haverá também postos de votação via web organizados pelos Conselhos Regionais. Quanto aos votos por correspondência, a delegada Deise Nascimento explicou que será enviada uma carta-voto aos psicólogos, contendo cédula, envelopes de resposta com porte pago e instruções para votação. A data de corte é o dia doze de julho: esse período é longo porque o Correio informou que o prazo máximo para uma carta ir e voltar é de 45 dias, variando por região. O psicólogo deve receber a sua carta voto, fazer o seu voto, devolver para a caixa postal que a sede vai constituir e ser validada. O envelope externo da carta voto terá um código de barras que permitirá que seja verificado se o psicólogo está adimplente ou não, sem abrir o voto: estando adimplente vai para a urna para ser contado, estando inadimplente vai para justificativa. Ou seja, todos os psicólogos que vão votar por correspondência recebem a carta voto, estando adimplente ou não. Os psicólogos que vão compor o colégio eleitoral via web, estarão em condições de gerar senha e poderão votar a partir do dia 26 de agosto, serão somente aqueles psicólogos que estão adimplentes, conforme constar no Cadastro Nacional. A delegada Deise Nascimento continuou sua fala explicando que no Cadastro Nacional existem dois tipos de base: a base compartilhada que precisa ser atualizada semanalmente, utilizada pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo; e a base replicada para a base nacional, utilizada pelos demais Conselhos Regionais. Então, para que a votação pela internet e por correspondência possa ocorrer com sucesso é necessário que todos os CRPs atualizem suas bases de dados, sistematicamente. E, ainda, que todos os psicólogos atualizem o seu cadastro no CRP, pois, a correspondência e a senha serão emitidas com base no Cadastro Nacional. Com o objetivo de facilitar que todos os psicólogos atualizem seus dados, foi criado o hotsite "recadastramento", contudo, apenas 16 mil dos 232 mil psicólogos se recadastraram. Assim, é preciso construir uma proposta de chamamento dos psicólogos. Outra questão são as inconsistências no cadastro descobertas nos

*Assinado*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



relatórios dos meses de março e abril, já enviados aos Conselhos Regionais. Tratam-se de dados que não aparecem ou estão inválidos no Cadastro Nacional, por exemplo, CPFs em duplicidade, número de registros vazios e data de nascimento inválida. Diante disso, a delegada Deise Nascimento conscientizou a todos sobre a responsabilidade de dar ampla divulgação ao processo eleitoral e solicitou que os Conselhos Regionais tentem resolver os problemas de dados inconsistentes no sistema com base na documentação física dos psicólogos. Avisou que o site das eleições já está no ar e em breve será incluída a nominata das chapas, pois o site vai mudando na medida em que o processo vai avançando. Outro canal de comunicação é o 0800 que também está em funcionamento no CFP e entrará em funcionamento nos Conselhos Regionais que têm mais de dez mil psicólogos inscritos. Concluiu informando sobre os e-mails institucionais de todas as comissões eleitorais, o fale conosco e o FAC que está sendo constantemente atualizado. Seguindo a reunião, o presidente da mesa, Humberto Verona, passou a palavra ao senhor Jorge Rocha da empresa Maciel Auditoria que apresentou o histórico da empresa, as atividades desenvolvidas e o serviço a ser prestado ao CFP que abrange os seguintes exames: verificação da infraestrutura física do Datacenter, a qualidade dos equipamentos, a conexão entre os equipamentos, a capacidade dos links com a internet, a aderência da infraestrutura ao termo de referência, a aderência ao processo de desenvolvimento definido no termo de referência, a análise do código fonte quanto aos requisitos funcionais e não funcionais, o desempenho do aplicativo, testes de carga, integridade do arquivo log, sistemas operacionais, segurança, o licenciamento de hardware e software utilizados na solução, compiladores, banco de dados, espelhamento, integridade referencial, assinatura digital dos registros no arquivo log, firewall, atualizações de segurança e fiscalização dos serviços contratados. Além disso, a Maciel Auditoria vai auditar o código do programa para certificar que o mesmo não contém alguma rotina que possa alterar o resultado da votação, garantir que o eleitor votará através de senha criptografada (votará apenas uma vez) e somente ele saiba em quem votou. O senhor Jorge Rocha informou, ainda, que todos os votos são guardados em backup, o que permite que sejam recontados posteriormente e, que a Maciel Auditores fiscalizará os processos tecnológicos de forma a consolidar o processo eleitoral dentro dos conceitos da integridade da informação, confiabilidade e disponibilidade, garantindo a execução integral do processo eleitoral. Encerrou sua fala, afirmando que a empresa estará em Brasília, no CFP, no dia da eleição e, caso seja verificada alguma vulnerabilidade do processo, estas serão apontadas em relatório de auditoria incluindo a indicação da correção. Terminada a fala da empresa Maciel Auditoria, o presidente da mesa passou a palavra para a empresa OAK. Então, o senhor Alexandre Swioklo, representante da empresa OAK, explicou que algumas vantagens das eleições pela internet são votação e apuração rápida, e mais segurança do que a eleição via carta. Corroborou a fala da delegada Deise Nascimento explicando que o sucesso da eleição

*Alencar*  
*AD*

*Alencar*  
*AD*

*MR*

depende de um bom cadastro organizado, um bom Datacenter, e um bom sistema que será fiscalizado pela empresa auditora. Outra questão importante são as maneiras de os psicólogos terem acesso as senhas que serão: via e-mails, via mensagem por celular ou recuperando diretamente no site a partir de respostas a algumas perguntas. O senhor Alexandre Swioklo explicou também que as premissas básicas para uma eleição na internet são o sigilo do voto, a certeza de que o voto foi computado, a não permissão de votos duplicados, garantia de que as chapas terão a mesma visibilidade no site e que todas as pessoas tenham facilidade em navegar no site. Continuou falando que o processo terá transparência total, segurança e acompanhamento da auditoria. Informou que a votação é feita por vários computadores, então se acontecer algum imprevisto com um computador, a eleição continua normalmente por meio dos demais computadores, no entanto, muitos cuidados são tomados com o desenvolvimento do software, pois, estes apresentam mais problemas. Contou que em outros Conselhos, as eleições já receberam votos de mais de vinte países diferentes, então a participação dos eleitores via internet é muito maior, até porque não há nenhuma boca de urna. O senhor Alexandre Swioklo continuou sua fala mostrando a carta de clientes da empresa e mostrou o site das eleições do CFP: design, exibição das chapas, simulado dos votos, a votação em si, como justificar o motivo pelo qual não votou, atendimento via chat, esclarecimento de dúvidas, etc. Lembrou também que haverá postos de votação nos dias das eleições para aqueles que não têm acesso à internet. Estes deverão se identificar e votar sem precisar de senha. Explicou também que ao final da votação pela internet, o sistema disponibilizará um comprovante em PDF para que as pessoas possam baixar no seu computador e guardar. O período que o comprovante ficará disponível para os psicólogos é definido pelo Sistema Conselhos. E, por fim, avisou que a empresa acompanha todo o processo, inclusive, na madrugada. Finalizada a fala da empresa OAK, o presidente da mesa, Humberto Verona, passou a palavra para o senhor Raimundo José de Queiroz Carvalho Júnior da Implanta que informou que a empresa tem se dedicado ao recadastramento dos psicólogos, que foi constituída uma equipe de recadastramento com suporte às dúvidas e atualização no software com o objetivo de simplificá-lo, logo a quantidade de recadastramento simplificado e completo passou a aumentar o que é muito importante para a recuperação da senha nas eleições. Esclareceu que estão trabalhando em um módulo de exportação das informações do Cadastro Nacional para carga no sistema de votação, por isso, estão criando também vídeos, manuais e treinamentos para orientar o funcionário do Conselho na geração do arquivo que vai para a base das eleições. O senhor Raimundo José de Queiroz Carvalho Júnior avisou também que será realizada uma simulação com todos os regionais para evitar problemas no dia da exportação dos arquivos e também capacitá-los a tirar dúvidas, fazer as negociações, consultar se o profissional está em dia ou não. Por fim, informou que a empresa está implementando opções de emissão de boletos, de parcelamentos, para o

*Marcos*  
*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten signatures]*

profissional poder ter acesso a via online, quitar a sua dívida e ficar apto para a votação. Dando seguimento à reunião, o delegado Humberto Verona, abriu as inscrições. Muitas solicitações de esclarecimentos foram feitas, dentre elas, a delegada Carla Maria Manzi Pereira Baracat perguntou se há possibilidade de o sistema travar, caso muitos psicólogos o acessem ao mesmo tempo; se o sistema identifica as pessoas que pediram para suspender o pagamento da anuidade por um período para não enviar senhas a elas; quando será aberta a simulação e se haverá uma senha para treinamento e outra para votar. O delegado Joari Aparecido Soares de Carvalho perguntou se todos os aplicativos de navegação serão compatíveis (Explorer, Firefox e Chrome) e se serão necessários plugins. Indagou também se todos os sistemas operacionais (Windows, Linux e Macintosh) serão compatíveis com o sistema das eleições e como deve ser o procedimento nos casos de interrupções de voto no sistema. Por fim, pediu esclarecimentos sobre os documentos que as pessoas devem apresentar para votar. A delegada Vivian Almeida Fraga perguntou o motivo pelo qual o voto presencial é mais problemático que o voto pela internet; se o sistema tem alguma forma de criticar dados inseridos incorretamente, por exemplo, CPF com dígitos a menos, entre outros e indagou se é possível que o Conselho Federal de Psicologia faça um convênio com a Receita Federal, pois muitos psicólogos que estão sem CPF, estão com endereço e telefone também desatualizados. O delegado Elias Rodrigues de Souza perguntou quais são os instrumentos tecnológicos que a empresa Maciel Auditores utilizará para auditar a integridade da informação, a integridade referencial e a atualização de segurança. A delegada Maria Conceição Costa perguntou se é possível alguém se recadastrar no dia da eleição e conseguir a senha ou só no voto presencial. O senhor Alexandre Swioklo da empresa OAK respondeu que a empresa está preparada com os melhores servidores que conseguiram encontrar para receber várias pessoas ao mesmo tempo no site, inclusive, já foi feita uma simulação com 150 mil pessoas votando em sete minutos e os servidores não passaram de 30% da sua capacidade. Por fim, esclareceu que para a simulação do voto, não é necessário senha, basta entrar no site e clicar em simulação, conforme foi demonstrado no telão. Sobre a pergunta dos navegadores compatíveis, o senhor Alexandre Swioklo explicou que a empresa fez uma eleição com 10 mil eleitores e receberam votos de mais de 40 navegadores diferentes, então, isso mostra que não há como testar todos os navegadores, no entanto, qualquer browser que tenha mais de 1% de uso é testado: Firefox, Chrome, Internet Explorer e, pelo menos, as últimas três versões de cada um. Quanto ao sistema profissional, ele informou que o Linux, Macintosh e Windows são testados, bem como os celulares mais usados, como Iphone e Androids. Dessa forma, será possível votar pelo celular, porém não vai ter todos os recursos que tem na página principal. Quanto à pergunta sobre interrupção de votos, o senhor Alexandre Swioklo respondeu que a recomendação é que a pessoa tente votar novamente: ou a pessoa conseguirá votar de novo ou o sistema informará que o voto já foi computado e

*Affonso*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]* *[Handwritten signature]* *[Handwritten signature]*

redirecionará a pessoa para a página do comprovante. Quanto aos plugins e pop-ups, não são necessários para não complicar o processo. O Sr. Alexandre Swioklo continuou esclarecendo as perguntas e explicou que o voto presencial é um problema porque essa modalidade não tem senha, então, o mesário fica com muito poder, e se torna fácil fraudar a votação. Então, a empresa vigia o mesário guardando todos os logs de quem votou em cada mesa, o horário que a pessoa votou, para verificar se teve vários votos em sequência, as consultas feitas na máquina, etc. Além disso, coloca-se um token, um hardware especial no computador da votação, para o voto poder ser realizado. Quanto às pessoas que se cadastram no dia da eleição, esclareceu que elas poderão votar pela internet, se o cadastro estiver atualizado para recuperar a senha, caso contrário, terá que se dirigir a um posto de votação. O senhor Alexandre aproveitou a fala para explicar que o log é um arquivo que contém todas as assinaturas digitais, uma vez que a empresa não pode guardar no banco de dados a chapa escolhida pelo eleitor, então, cria-se códigos na assinatura digital que dizem o tipo de voto (internet ou presencial), origem (qual urna e qual computador), entre outras informações, de tal maneira que se alguém tentar colocar um voto antes ou depois da eleição, será facilmente identificado pela auditoria. O senhor Raimundo José de Queiroz Carvalho Júnior respondeu que não tem ocorrido travamento no sistema ultimamente porque a Implanta tem buscado deixar o software mais didático e melhorar a disponibilidade da aplicação, por isso, atualmente já está no ar a terceira versão. Em relação ao recadastramento, o senhor Raimundo José de Queiroz Carvalho Júnior explicou que não é possível fazer alteração de dados, via hot site, que precisem de comprovação documental no Conselho: RG, Título de Eleitor, CPF, nome, nome da mãe, nome do pai. Sobre os CPFs inválidos, informou que foi feito um acordo com o Regional para que, após a migração, todas as informações que existiam fossem preservadas, inclusive os CPFs inválidos. Dessa forma, não é possível incluir um novo CPF inválido, mas é possível gravar informações no cadastro que o CPF esteja inválido. Nesse momento outras perguntas sobre correlação com a base da Receita Federal, o nível de segurança do sistema para os casos em que uma pessoa tenta se cadastrar com um CPF de outra pessoa, entre outras, foram feitas e devidamente respondidas. Sobre a integridade com o sistema da Receita Federal, o delegado Humberto Verona esclareceu que o convênio entre o CFP e a Receita Federal está ativo e pode ser usado a qualquer momento. Dessa forma, qualquer consulta que os Regionais precisarem, devem solicitar ao CFP, pois, somente o CFP tem a senha para acessar a base de dados da Receita Federal. Informou também que os Regionais podem firmar convênio para acessarem o cadastro da Receita Federal. O senhor Raimundo José de Queiroz Carvalho Júnior completou sua fala informando que houve uma preocupação na primeira validação com o volume de dados inconsistentes nas bases de dados, depois de alguns contatos com os CRPs, recebeu questionamento sobre informações que não tinham correlação direta com os itens da eleição. A delegada Vivian

*Marcos*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]* *[Handwritten signature]* *[Handwritten signature]*

Almeida Fraga ponderou que o ideal seria fazer o recadastramento completo, no entanto, é necessário focar nos dados imprescindíveis para a votação. Sugeriu fazer um segundo filtro com o objetivo de ter a quantidade de pessoas que não teriam acesso à votação online por conta de inconsistências nos dados. A delegada Deise Nascimento confirmou que CPF, endereço, data de nascimento, o ano da inscrição, número de inscrição, o nome da mãe são os dados necessários. O e-mail e o telefone celular são mecanismos para o envio da senha, caso estes dois últimos dados estejam incorretos, a pessoa resgatará a senha no site. Por fim, explicou que o endereço da pessoa é importante para o envio da carta voto. Sobre as pessoas que pedem suspensão do registro, a delegada Deise Nascimento respondeu que os Conselhos Regionais devem informar no cadastro a suspensão do registro do psicólogo para que, na replicação da base, essa informação conste na base nacional e a pessoa não componha o colégio eleitoral e sobre os documentos oficiais de identificação, afirmou que são acolhidos nos processos eleitorais, a carteira profissional, a carteira de identidade ou algum outro documento oficial de identificação, por exemplo, passaporte, conforme o Código Eleitoral Nacional do TRE que está sendo usado como documento de referência. Houve também uma pergunta sobre o custo do processo eleitoral, para a qual o delegado Aluizio Brito informou que o orçamento está em R\$300 mil, além de postagem, impressão de material gráfico, divulgação da eleição, entre outros, para os quais há um orçamento de cem mil reais, totalizando quatrocentos mil reais. Após estes esclarecimentos, o presidente da mesa Humberto Verona consultou o plenário sobre a abertura de mais um bloco. Todos concordaram e a discussão desse bloco centrou-se na preocupação a cerca da segurança dos votos via web e nos postos de votação, por exemplo: garantia que só o psicólogo possa receber a senha e usá-la para votar; a existência de dispositivos que impeçam um eleitor de votar várias vezes com senhas diferentes, a relação entre as empresas OAK, Maciel Auditores e Implanta; o meio mais seguro para receber a senha; se as empresas estão preparadas para administrar qualquer tentativa de desestabilizar o sistema de votação por meio de ataque de hackers; entre outros. O senhor Alexandre Swioklo disse que tanto a eleição via web quanto a eleição por cartas são passíveis de fraude, no entanto, na eleição via web é mais segura do que o voto por carta na qual alguém pode mandar várias cartas ou responder a carta de algum psicólogo que não iria votar ou subtrair a carta de colegas psicólogos se esta for enviada para um endereço profissional ou uma pessoa que não é psicólogo responder a carta que foi entregue no endereço errado ou mesmo antigo, entre outros. Lembrou que a votação presencial também é passível de fraude até porque o Brasil é o campeão de documentos falsos. Então, a empresa acompanha as eleições todo o tempo: verifica o endereço remetente do voto, se está vindo vários votos do mesmo endereço, emprega alguns parâmetros de segurança que não são divulgados para verificar se o voto é ou não válido, etc. Quanto aos postos de votação, afirmou ser tecnicamente impossível alguém

*Almeida Fraga*  
*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

simular outra urna ou a pessoa se passar por mesário por conta do token inseridos nos computadores e que dão a assinatura digital no voto. Sobre a relação entre as empresas, o senhor Alexandre Swioklo explicou que as três empresas estão totalmente empenhadas para a eleição ser um sucesso e não houve nenhuma dificuldade de relacionamento até o momento. Sobre a distribuição de senhas, o senhor Alexandre Swioklo respondeu que é impossível um hacker entrar no software e roubar uma quantidade de senhas porque a senha não fica armazenada em um banco de dados, é gerada cada vez que a pessoa solicita recuperação da senha. Ainda que um funcionário tente cadastrar e-mails falsos no Cadastro Nacional e mandar para o sistema das eleições, a Auditoria identifica facilmente e a Implanta controla todas as alterações realizadas pelos usuários do sistema. Outrossim, a OAK envia uma lista para o Sistema Conselhos com a relação de todos que votaram, qual horário, se votou pela web ou presencial e de qual urna votou, logo, é possível identificar também o mesário. Logo, é fácil identificar quem fez a fraude e responsabilizar a pessoa. Ainda sobre os ataques de hackers, o senhor Alexandre Swioklo explicou que o Datacenter da empresa tem uma estrutura imensa, então custaria muito caro para o hacker afetar a eleição. Inclusive, recentemente, o Datacenter sofreu um ataque de milhões de máquinas e ainda conseguiu sobreviver. Por fim, ressaltou que a Comissão Eleitoral foi muito inteligente ao decidir que as eleições fossem em dois dias, pois, isto, torna ainda mais difícil para alguém tentar inviabilizar a eleição. Quanto a recuperação da senha, esclareceu que se o cadastro está correto, não há diferença entre mandar a senha por e-mail, mensagem por celular ou pelo site, pois somente o dono do celular ou do e-mail o receberá e, no caso do site, somente o psicólogo saberá responder as perguntas referente ao cadastro. Contudo, se o cadastro não está correto, nenhuma das três formas é segura. O ideal seria que cada psicólogo tivesse um token, pois ele garante que somente as máquinas que o têm podem acessar o sistema para votar. Relatou que alguns Conselhos de Classe já estão colocando na própria identidade um chip que funciona como o token e torna a eleição mais segura ainda. Por fim, o senhor Alexandre Swioklo se colocou à disposição para receber pessoas das chapas que queiram fazer auditoria no software. A delegada Deise Nascimento complementou que a Comissão Eleitoral está planejando um treinamento aberto aos candidatos para que todos possam ser informados como o processo vai acontecer e não tenham dúvidas quanto a segurança e a lisura. Dados estes esclarecimentos, o delegado João Baptista Fortes de Oliveira perguntou se está prevista adaptação para os deficientes visuais tanto na internet como no posto de votação. O senhor Alexandre Swioklo respondeu que serão efetuados testes no sistema para atender a este público e a delegada Deise Nascimento esclareceu que alguns psicólogos deficientes visuais votam pela internet e outros por carta, entretanto, é necessário que os Conselhos Regionais identifiquem quantos e quais votarão por correspondência para o informativo em braile ser providenciado e a acessibilidade ser assegurada.

*Asserwand*  
*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Outro ponto forte da discussão do segundo bloco foi a questão do recadastramento dos psicólogos. Muitos delegados concordaram que a porcentagem dos psicólogos recadastrados é muito baixa, muitos Estados estão com problemas no recadastramento, muitos psicólogos pensam que não precisam se recadastrar e perguntaram quais são as estratégias para divulgar o recadastramento. Houve também, a sugestão de substituir o cadastro simplificado para algo como “habilitação para voto online” com o objetivo de o psicólogo confirmar os dados estritamente necessários para a eleição (CPF, nome da mãe, etc). Com isto, o Sistema Conselhos conscientiza os psicólogos sobre a necessidade de se habilitarem para votar, dá mais transparência ao processo e aumenta o colégio eleitoral que é algo interessante para a saúde democrática da instituição. Sobre as estratégias de divulgação, o delegado Aluizio Brito disse que já há campanhas nos Conselhos Regionais, folders e cartazes produzidos pelo Conselho Federal e o hotsite. Relatou que também há uma proposta de enviar mensagem por celular para todos os psicólogos que informaram o celular com uma mensagem objetiva sobre a habilitação para a votação. Ao final da sua fala, reforçou a responsabilidade dos Regionais de fazer chegar os materiais da campanha até os psicólogos. O senhor Raimundo José de Queiroz Carvalho Júnior informou que a partir do dia vinte e sete de maio estará disponível a alteração do recadastramento completo para o recadastramento simplificado. Depois dos esclarecimentos prestados, o presidente da mesa, Humberto Verona abriu o terceiro bloco que tinha três pessoas inscritas. Foi então passada a palavra para a delegada Nilza Maria Molina Mendes que se mostrou preocupada com os psicólogos que costumam negociar suas dívidas na véspera das eleições. Diante disso, perguntou como os Conselhos Regionais confirmarão se os psicólogos pagaram suas dívidas na véspera das eleições se tornaram adimplentes para votar pela internet. Considerando que muitos psicólogos aproveitam o dia 27 de agosto para acertarem os seus débitos e votarem, a delegada Deise Nascimento explicou que por conta das diferenças de base, os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, podem fazer renegociação até o dia da eleição, inclusive nas subsedes. Entretanto, os Conselhos que estão com o cadastro hospedado na base nacional deverão fazer divulgação, dentro da campanha Fique Legal, que os psicólogos poderão pedir o parcelamento por telefone, receber o boleto por e-mail, pagar e apresentar o comprovante de pagamento para o mesário; ou ainda, os CRPs podem ter um funcionário no posto de votação para receber a solicitação, entrar em contato com a sede, fazer a negociação para o psicólogo pagar o boleto e votar no posto de votação. Nesse caso, na sede dos CRPs também deve ter um funcionário habilitado para usar o Siscaf, liberar o boleto por e-mail, para o psicólogo baixar. A delegada Deise Nascimento disse que tudo será explicado em um material didático a ser produzido com a Implanta e, se necessário, será feito um treinamento com vídeo para que o processo seja ágil. Por fim, alertou que como o colégio eleitoral via web fecha no dia 17 de agosto, então o ideal é que seja feita uma campanha para todos

*Aluizio*  
*[assinatura]*  
*[assinatura]*  
*[assinatura]*  
*[assinatura]*

*[assinatura]*

*[assinatura]*

*[assinatura]*

estarem adimplentes até essa data. A delegada Nilza Maria Molina Mendes perguntou também como o sistema irá liberar o voto dos psicólogos que pagaram no dia da eleição, uma vez que a pessoa não estará adimplente. O senhor Raimundo José de Queiroz Carvalho Júnior explicou que a verificação da inadimplência não é realizada no Siscaf porque os dados são exportados para o sistema web voto, então há uma série de critérios que são avaliados e no dia os profissionais aptos e não aptos serão carregados para o sistema web voto. Destacou que o mesário deve consultar quais débitos estão em aberto, porque o psicólogo pode levar o comprovante do último ano, por exemplo, e estar com a anuidade do ano anterior aberta. O senhor Alexandre Swioklo complementou a resposta lembrando que o psicólogo que apresentar o comprovante poderá votar, no entanto, o mesário está assumindo a responsabilidade de deixar o eleitor não apto votar com comprovante. Depois, a delegada Carla Maria Manzi Pereira Baracat perguntou se a central de controle de votação será em Brasília, se irá funcionar quarenta e oito horas ininterruptamente e a previsão de fechamento da contagem dos votos. Foi esclarecido que a central de controle de votação será em Brasília e funcionará nos dois dias das eleições, nas 48 horas ininterruptamente, em esquema de revezamento para atender as demandas da madrugada que sempre surgem, principalmente de pessoas que estão fora do país. Quanto ao resultado da eleição, o senhor Alexandre Swioklo, explicou que tecnicamente é possível dar o resultado em um ou dois minutos após o término da votação, pois, é preciso apenas de um pouco de tempo para verificar se todas as assinaturas digitais de todos os votos conferem. No entanto, outras questões não técnicas interferem no resultado, a começar que parte da eleição é voto por correspondência. Então, sugeriu não dar o resultado parcial antes dos votos de correspondências serem apurados, pois, depois disso as pessoas não aguardam a apuração das correspondências. Outra questão é que, como tem eleição a nível regional e nacional, a diferença de fuso horário na região norte do país tem que ser considerada. Nesse momento, o presidente da mesa, Humberto Verona informou que muitas perguntas chegaram pela internet, todas receberão as respostas posteriormente e as sugestões serão encaminhadas a Comissão Eleitoral. Ele informou também que a APAF precisa decidir se o nome "recadastramento" será substituído por "habilitação para eleição". O senhor Raimundo José de Queiroz Carvalho Júnior alertou que essa substituição dá a entender que todos os 232 mil psicólogos terão que se recadastrar para votarem, então corre o risco de complicar o processo porque há muitos psicólogos que estão com os dados atualizados. Entretanto, não há problema em mudar a nomenclatura no sistema porque ele foi desenhado para suportar grande volume de acesso. Inclusive, em algumas reuniões com gestores de regionais, houve sugestões de desvincular o recadastramento das eleições, exatamente por conta da logística. Após a manifestação de outros delegados, a delegada Carla Biancha Angelucci concluiu que todos estão preocupados em garantir que as pessoas dêem as informações básicas para conseguirem votar



online ou por correspondência, é que não é necessário o recadastramento, nem uma habilitação no sentido de quem não a fizer, não poderá votar, mas sim uma atualização de dados para o processo de votação. Dessa forma, a Implanta disponibilizaria um cadastro só com as informações necessárias para o processo eleitoral e, posteriormente, abriria para atualização de outros dados. O senhor Raimundo José de Queiroz Carvalho Júnior lembrou então que no dia 27 de maio será liberada uma versão simplificada do recadastramento e considerou que, caso o recadastramento seja vinculado as eleições, será preciso colocar o mesmo nível de segurança das eleições, uma vez que se uma pessoa souber que vai ter que informar no dia das eleições os campos A, B e C, ela pode entrar previamente no recadastramento se passando por um psicólogo e manipular os dados. Por isso, seria preciso compatibilizar estas informações. Atualmente o sistema não faz isso porque a ideia original era atualizar os dados de contato para ter acesso ao profissional, enfim, não havia vínculo direto com as eleições. Após essa discussão, houve mais perguntas sobre a possibilidade de divulgar o recadastramento na grande mídia ou na mídia espontânea, sobre o envio do comprovante por e-mail, sobre a identificação das chapas no site, e sobre o envio de mensagem por celular informando ao psicólogo que o voto foi realizado com sucesso. Sobre a divulgação na grande mídia, esclareceu-se que já foi cotada uma campanha em um horário nobre na televisão, no entanto, o preço ultrapassa a disponibilidade do Sistema Conselhos, por isso, a mídia espontânea será o recurso utilizado no momento, além das mensagens por celular que serão enviados a todos. Sobre o envio de comprovantes da votação, o senhor Alexandre Swioklo não recomendou assim fazê-lo porque corre-se o risco dos provedores identificarem os e-mails enviados pelo sistema das eleições como spam e bloqueá-los. Então, não se trata de não poder fazer, mas sim de os psicólogos não receberem nem os e-mails com comprovantes, nem com recuperação de senhas. Sobre a identificação das chapas no site, o delegado Aluizio Brito esclareceu que a Comissão está decidindo os detalhes. Adiantou, entretanto, que pode ser o número e o slogan ou ambos dados com o nome do líder da chapa. E, por fim, sobre o envio das mensagens por celular, foi esclarecido que não há problemas em enviá-los porque uma vez pagos, a operadora os envia. O delegado Humberto Verona concluiu o ponto consultando o plenário sobre a proposta de alteração do nome para incentivar o cadastramento simplificado dos psicólogos. A proposta de alterar o nome foi aprovada por unanimidade e ficou a cargo da Comissão Eleitoral verificar qual o nome mais adequado, de maneira a não prejudicar o processo que está em andamento – pode ser “atualização para votação” ou algo semelhante. Após os agradecimentos às empresas convidadas, o ponto foi encerrado. **5. ACOMPANHAMENTO DOS GRUPOS DE TRABALHO.** O presidente da mesa, Humberto Verona, acolheu, a pedido do Ricardo Figueiredo Moretzsohn, que a cada GT a delegação seja conferida, uma vez que são muitos temas diferentes abordados pelos Grupos de Trabalho. **5.1. GT AVALIAÇÃO**

*Aluizio*  
*RFB*  
*AF*  
*ser*  
*WB*

*Raimundo*

*CFP*

*HV*

**PSICOLÓGICA E DIREITOS HUMANOS.** Foram conferidas as delegações e para a discussão desse ponto, participarão os seguintes delegados: CFP: Monalisa Barros, Clara Goldman e Humberto Verona; CRP 01: Carla Maria Manzi Pereira Baracat e Eliane Figueiredo de S. Jardim Correa; CRP 02: Maria Conceição Costa e Alessandra de Lima e Silva; CRP 03: Carlos Vinicius Melo e Emmila Di Paula Carvalho dos Santos; CRP 04: Anna Christina Pinheiro, Celso Renato Silva e Marcus Macedo da Silva; CRP 05: Vivian de Almeida Fraga, Saulo Oliveira dos Santos e Agnes Cristina da Silva Pala; CRP 06: Carla Biancha Angelucci, Maria de Fátima Nassif e Joari Aparecido Soares de Carvalho; CRP 07: Loiva dos Santos Leite, Vania Roseli Correa de Mello e Vera Lucia Pasini; CRP 08: Nelson Fernandes Júnior, Anaídes Pimentel da Silva Orth e Márcia Regina Walter; CRP 09: Elias Rodrigues de Souza e Ériko Netto de Lima; CRP 10: Dorotéia Albuquerque de Cristo; CRP 11: Adriana de Alencar Gomes Pinheiro e Andrea Esmeraldo Camara; CRP 12: Marilene Wittitz e Claudia dos Santos Cruz; CRP 13: Ana Sandra Fernandes e Angela Christina Souza Menezes; CRP 14: Renan da Cunha Soares Júnior; CRP 15: Izolda de Araújo Dias e Silvia Teixeira de Lima; CRP 16: Sharla Provietti Bitencourt; CRP 17: Nilza Maria Molina Mendes; CRP 18: Maria Aparecida de Amorim Fernandes; CRP 19: Edelvaise Mendonça Ferreira e CRP 20: Selma de Jesus Cobra e Sonia Maria Lemos. A delegada Clara Goldman apresentou o ponto iniciando com um breve histórico no qual revelou que essa discussão iniciou-se em 2010 com o GT Escala Hare que elaborou a Resolução nº 5/2012 com o objetivo de estruturar a avaliação dos testes psicológicos respeitando os Direitos Humanos. Essa resolução foi aprovada na APAF de dezembro de 2011, na qual, foi discutida a reformulação do GT Escala Hare para GT Avaliação Psicológica e Direitos Humanos com objetivo de construir um conjunto de critérios para análise dos testes. Diante disso, o GT construiu o texto "Direitos Humanos e Avaliação Psicológica" que foi aprovado pela APAF de maio de 2012. Nessa mesma APAF houve os seguintes encaminhamentos para o GT: estabelecer os critérios para composição da Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica - CCAP e reavaliar sua composição; mapear o conjunto das áreas para construir uma relação de pareceristas; e realizar a análise do teste Escala Hare. Logo em seguida, a delegada Clara Goldman leu os critérios para composição da CCAP e as áreas sugeridas pelo GT Avaliação Psicológica e Direitos Humanos. Aproveitando a fala, sugeriu que o teste Escala Hare seja reavaliado pela CCAP e que os critérios para análise dos testes continue em debate, pois a Comissão Nacional de Direitos Humanos - CNDH fez uma proposta que ainda está em análise pela CCAP. Além disso, considerou que os critérios para recomposição da CCAP avançam na identificação de uma representação para a CCAP. Então, o presidente da mesa, Humberto Verona, abriu as inscrições para as falas que foram centradas inicialmente em três aspectos: o primeiro é que a indicação do membro militante dos direitos humanos seja feita pela Comissão Nacional de Direitos Humanos - CNDH para garantir um olhar para toda a contribuição dos Direitos

*Handwritten signatures and initials on the right margin, including a signature that appears to be 'Alencar'.*

*Handwritten signatures at the bottom of the page, including a signature that appears to be 'Verona'.*

Humanos na Psicologia Brasileira; o segundo é que o militante de Direitos Humanos não precisa estar necessariamente na academia, mas seja uma pessoa conhecedora profunda do campo, portanto, foi defendido que o critério “desejável que seja doutor em Psicologia”, seja retirado; e o terceiro é que a reanálise do teste Escala Hare depende da reestruturação da CCAP e da validação dos critérios pensados nos Direitos Humanos. Ao encontro desses aspectos, outras falas sugeriram que os CRPs possam discutir não apenas os critérios para composição da CCAP, mas também a indicação de pessoas para comporem essa Comissão. Destacaram também que não existem critérios teóricos de Direitos Humanos para fazer uma discussão da validação dos testes, pois, os Direitos Humanos transitam em toda atuação profissional seja ela onde for. Em contrapartida, outros delegados defenderam que é preciso pensar qual o limite de expertise que se espera da CCAP, pois se o membro dos Direitos Humanos não precisa ser doutor, os demais membros também não precisam ser doutores. Então, é preciso refletir qual o tamanho da responsabilidade do trabalho da CCAP, com qual legitimidade os serviços de Psicologia são oferecidos para a sociedade e as implicações para o campo da avaliação psicológica. Ainda nesse bloco, foi lembrado que a APAF de maio de 2012 deliberou que seria solicitado um parecer para o senhor Pedro Paulo e um parecer para senhora Adriana Eiko para esgotar a discussão da Escala Hare e que o teste deveria ser suspenso. Porém, até o momento os pareceres não foram apresentados e o Satepsi não atendeu a deliberação da APAF de suspender a Escala Hare, ainda que fosse para fazer uma avaliação a posteriori. Diante disso, foi proposto novamente que a Escala Hare seja suspensa até que se possa avaliá-la de forma mais clara e pediram que os pareceres já realizados sejam disponibilizados. Nesse momento, foram encerradas as inscrições do primeiro bloco e o presidente da mesa, Humberto Verona, perguntou ao Plenário se todos concordavam em abrir mais um bloco para continuar o debate. Todos concordaram e alguns delegados continuaram se manifestando a favor da efetivação da suspensão da Escala Hare. Outros delegados defenderam que apenas suspender a Escala Hare não resolve o problema porque há outros instrumentos que ferem diretamente aos Direitos Humanos. Por isso, foi solicitada a redação dos critérios para avaliação dos testes ao GT para que eles pudessem ser amplos suficientemente para avaliar não só a Escala Hare, mas qualquer outro teste psicológico e, avançar no sentido de instituir uma nova lógica de avaliação que possa contemplar a perspectiva dos Direitos Humanos em atenção à nova Resolução. Em seguida, alguns delegados reafirmaram que os critérios para composição dos membros militantes de Direitos Humanos da CCAP devem ser diferentes para os membros que compõem a área técnica porque as funções e a formação são diferentes. Ao final do bloco, houve a ressalva que só um representante de Direitos Humanos para a CCAP é muito pouco. O segundo bloco foi encerrado e o presidente Humberto Verona esclareceu que na APAF de dezembro de 2009 foi decidida a suspensão da Escala Hare, entretanto, a suspensão do

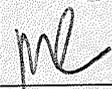
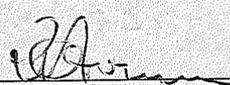
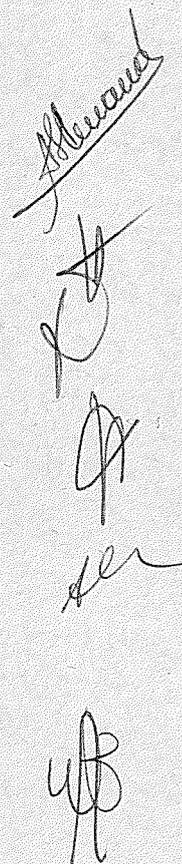
*Alcides*  
*[assinatura]*  
*[assinatura]*  
*[assinatura]*  
*[assinatura]*  
*[assinatura]*

*[assinatura]*

*[assinatura]*

*[assinatura]*

teste não pode ser operacionalizada porque seria derrubada juridicamente facilmente. Na APAF de dezembro de 2010 a decisão foi revogada e na APAF de dezembro de 2011 foi reafirmado que o teste seria avaliado sem suspensão. Os autores dos testes têm e continuam tendo o parecer favorável da CCAP e foi por isso que todo esse caminho foi traçado: recompor a CCAP e construir critérios de forma sólida para fazer avaliação deste e de outros testes e poder suspendê-los legalmente, sem sofrer nenhum tipo de intervenção depois. Além disso, há vários pareceres contrários e vários pareceres também favoráveis à Escala Hare. Após os esclarecimentos, o presidente da mesa, Humberto Verona, começou a conferir os encaminhamentos, sendo o primeiro: a indicação do membro militante dos Direitos Humanos para compor a CCAP deverá ser realizada pela Comissão Nacional de Direitos Humanos. A delegada Carla Biancha Angelucci destacou que o militante de Direitos Humanos para compor a CCAP não se trata de um eterno participante, mas de pessoas que mudariam, conforme a temática. Outros delegados concordaram com o destaque da Carla Biancha Angelucci e a proposta final foi: que a indicação de militante de direitos humanos para a Comissão de avaliação seja feita pela CNDH, a partir de critérios estabelecidos, contemplando a diversidade das temáticas e de representações e garantindo o revezamento de acordo com as demandas. Todos se sentiram contemplados nesse item. O delegado Humberto Verona, lembrou que houve também a proposta de que os Conselhos Regionais de Psicologia possam indicar psicólogos para recompor a Comissão de Avaliação Psicológica a partir dos critérios aprovados pela APAF. Todos os delegados também concordaram com o segundo encaminhamento. Nesse ínterim, a delegada Vera Lúcia Pasini relatou que o senhor Ângelo Brandelli apresentou na II Mostra Nacional o trabalho dele, referente a tese do doutorado, no qual discorre sobre critérios de avaliação de testes na perspectiva de Direitos Humanos. A delegada leu os critérios e sugeriu utilizá-los, a princípio, para avaliar os testes que foram recebidos até o momento. O presidente da mesa, Humberto Verona, esclareceu que esses critérios já foram apresentados à Comissão de Direitos Humanos do CFP pelo senhor Ângelo Brandelli. A CNDH referendou esses critérios e os encaminhou para a CCAP para debaterem a proposta. Essa discussão ainda não aconteceu, contudo, esses critérios podem ser discutidos e aprovados se a APAF assim preferir. Houve dúvidas sobre a aprovação dos critérios para análise dos testes, então, foram abertas as defesas e muitos delegados argumentaram que os critérios de análise dos testes devem ser apreciados por essa APAF porque eles serão a base do trabalho da CCAP que será recomposta. Sugeriram, inclusive, que os testes sejam analisados primeiramente em relação a esses critérios: se os cumpriu, o teste passa para análise dos critérios de psicometria, de validade, fidedignidade, eficácia, eficiência, se não os cumpriu, o teste não será avaliado pelos critérios da Psicometria. Diante disso, o presidente da mesa, Humberto Verona, colocou em votação a proposta de a APAF discutir e apreciar os critérios para a avaliação dos testes psicológicos. A proposta foi aprovada com



três abstenções. Logo em seguida, a delegada Clara Goldman leu o documento que foi construído pela CNDH a partir dos critérios sugeridos pelo senhor Ângelo Brandelli, e enviado à CCAP. Após a leitura, o presidente da mesa, Humberto Verona, perguntou se há algum critério que os delegados queiram debater ou acrescentar no texto. Sem nenhuma manifestação, foi colocada em regime de votação a aprovação dos critérios para análise dos testes psicológicos, que por sua vez, foram aprovados com três abstenções. Foi colocada também em votação a proposta de que esses critérios sejam utilizados na avaliação preliminar dos instrumentos e, sendo aprovados nesses critérios, os testes seguem para avaliação psicométrica; não sendo aprovados, os testes não irão para avaliação psicométrica do Satepsi. Em regime de votação, essa proposta foi aprovada com quatro abstenções. Outras propostas que vários delegados pediram para serem discutidas e votadas foram “que a escala Hare retorne para a Comissão de Avaliação Psicológica após a reestruturação da Comissão para tomar uma posição a respeito” e “Que a escala Hare seja suspensa até que possa ser reavaliada”. Houve uma defesa pela suspensão do teste até nova análise, já que vários processos de avaliação foram feitos e há pessoas que defendem que o teste fere a questão dos direitos humanos; e uma defesa contra a suspensão com o argumento de que é melhor aguardar o parecer da CCAP recomposta para não incorrer nos mesmos impasses jurídicos. Em regime de votação, a proposta da suspensão da Escala Hare até que possa ser reavaliada foi aprovada com 20 votos a favor, 16 votos contrários e 4 abstenções. Passou-se então para a aprovação dos critérios para composição dos membros da área psicométrica da CCAP. O texto apresentado pelo GT Avaliação Psicológica e Direitos Humanos foi aprovado, por unanimidade, com a exclusão do trecho “que inclua um membro de direitos humanos”. Dando continuidade ao ponto, foi colocado em regime de votação o mapeamento das áreas para composição de pareceristas. Foi aprovado por unanimidade o mapeamento das áreas com substituição do grupo “contextos” por “áreas”, após algumas solicitações de esclarecimentos sobre os termos aplicados. Por fim, após apreciação do mapa, foi colocado em regime de votação o encaminhamento “será solicitado que cada regional indique pelo menos um profissional de cada área da psicologia, para compor a lista de profissionais ad hoc”, que por sua vez, foi aprovada por unanimidade. Assim, o delegado Humberto Verona encerrou os trabalhos da primeira sessão da APAF às vinte e uma horas e cinco minutos. Nada mais havendo a tratar, eu, Deise Nascimento, Secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

Brasília, 18 de maio de 2013.

Humberto Cota Verona – CFP \_\_\_\_\_

Clara Goldman Ribemboim - CFP \_\_\_\_\_

Aluízio Lopes de Brito – CFP \_\_\_\_\_



Monalisa Nascimento dos S. Barros – CFP Monalisa Barros

Deise Maria do Nascimento - CFP Deise Maria do Nascimento

Carla Maria Manzi P. Baracat – CRP 01 \_\_\_\_\_

Aryadne Márcia Argolo Muniz – CRP 01 \_\_\_\_\_

Eliane Figueiredo de S. Jardim Correa – CRP 01 \_\_\_\_\_

Maria da Conceição Costa – CRP 02 \_\_\_\_\_

Alessandra de Lima e Silva – CRP 02 \_\_\_\_\_

Emmilla Di Paula C. dos Santos – CRP 03 \_\_\_\_\_

Carlos Vinicius Melo – CRP 03 \_\_\_\_\_

Marta Elizabete de Souza CRP 04 \_\_\_\_\_

Ricardo Figueiredo Moretzsohn CRP 04 Ricardo Moretzsohn

Marcus Macedo da Silva – CRP 04 \_\_\_\_\_

Anna Christina Pinheiro – CRP 04 \_\_\_\_\_

Celso Renato Silva – CRP 04 \_\_\_\_\_

Vivian de Almeida Fraga – CRP 05 \_\_\_\_\_

Saulo Oliveira dos Santos – CRP 05 \_\_\_\_\_

Agnes Cristina da Silva Pala – CRP 05 \_\_\_\_\_

Carla Biancha Angelucci – CRP 06 \_\_\_\_\_

Joari Aparecido Soares de Carvalho – CRP 06 \_\_\_\_\_

Maria de Fátima Nassif – CRP 06 \_\_\_\_\_

Loiva dos Santos Leite – CRP 07 \_\_\_\_\_

Tatiana Cardoso Baierle – CRP 07 \_\_\_\_\_

Vânia Roseli Correa de Mello – CRP 07 \_\_\_\_\_

Vera Lucia Pasini – CRP 07 \_\_\_\_\_

João Baptista Fortes de Oliveira – CRP 08 \_\_\_\_\_

Sérgio Luis Braghini – CRP 08 \_\_\_\_\_

Márcia Regina Walter – CRP 08 \_\_\_\_\_

Nelson Fernandes Júnior – CRP 08 \_\_\_\_\_

Anaides Pimentel da Silva Orth – CRP 08 \_\_\_\_\_

Wadson Arantes Gama – CRP 09 Wadson Arantes Gama

Eliás Rodrigues de Souza – CRP 09 \_\_\_\_\_

Eriko Netto de Lima – CRP 09 Eriko Netto de Lima

Dorotéia Albuquerque de Cristo – CRP 10 \_\_\_\_\_

Cilene Maria Alencar Sobreira – CRP 10 \_\_\_\_\_



Adriana de Alencar Gomes Pinheiro – CRP 11 \_\_\_\_\_  
Katiana Moura Rocha – CRP 11 \_\_\_\_\_  
Francisco Theófilo de Oliveira Gravinis – CRP 11 \_\_\_\_\_  
Andrea Esmeraldo Camara – CRP 11 \_\_\_\_\_  
Marilene Wittitz – CRP 12 \_\_\_\_\_  
Gilceo Garcia Gonçalves – CRP 12 \_\_\_\_\_  
Claudia dos Santos Cruz – CRP 12 \_\_\_\_\_  
Ana Sandra Fernandes – CRP 13 *Meuandes* \_\_\_\_\_  
Ângela Christina Souza Menezes – CRP 13 \_\_\_\_\_  
Andrea Tavares Carvalho – CRP 13 \_\_\_\_\_  
Vanderlei Américo Amado – CRP 13 \_\_\_\_\_  
Carlos Afonso Marcondes Medeiros – CRP 14 \_\_\_\_\_  
Renan da Cunha Soares Junior – CRP 14 *Renan* \_\_\_\_\_  
Izolda de Araújo Dias – CRP 15 \_\_\_\_\_  
Sílvia Teixeira de Lima – CRP 15 \_\_\_\_\_  
Sharla Proviatti Bitencourt – CRP 16 \_\_\_\_\_  
Nilza Maria Molina Mendes – CRP 17 \_\_\_\_\_  
Fernando Joaquim da Silva – CRP 17 \_\_\_\_\_  
Maria Aparecida de Amorim Fernandes – CRP 18 \_\_\_\_\_  
Marisa Helena Alves – CRP 18 *Marisa* \_\_\_\_\_  
Edelvai Mendonça Ferreira – CRP 19 \_\_\_\_\_  
Adriano Ferreira Barros – CRP 19 \_\_\_\_\_  
Maria do Socorro R. de Souza – CRP 20 \_\_\_\_\_  
Selma de Jesus Cobra – CRP 20 \_\_\_\_\_  
Sonia Maria Lemos – CRP 20 \_\_\_\_\_